ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

ATA N.º 10/18
Sessão Extraordinária de 28 de Maio

Aos vinte e oito dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Auditório do Convento Espírito Santo (antigo INUAF), - Cerca do Convento, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:---------
---

----------**Lista de Presenças**:----------
---

25 Deputados Municipais do PS - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Fernando Domingos dos Santos, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Fernando Pereira Marques, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes (em substituição de Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves), Maria da Conceição Leites Esteves Duarte (em substituição de Hermes Luis de Brito Alberto), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente a Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Eduardo Manuel Graça Amador (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente); ----------
---

9 Deputados Municipais do PSD - Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Bárbara Miriam do Amaral Correia, Miguel Baião da Encarnação (em substituição de Mário Baião Botelho da Silva), Duarte José de Sousa Duarte (em substituição de Sebastião Francisco Seruca Emídio), Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de João Manuel Guerreiro da Conceição), Fábio Manuel da Silva Bota (em substituição de Sérgia

Maria Vicente Coelho Medeiros), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);----------
---

1 Deputado Municipal do CDS - António José Mendes Pinto Farrajota;----------
---

1 Deputado Municipal do BE - Rogério Rochinha Jesus Ferreira (em substituição de Carlos José da Silva Martins);----------
---

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara e os Vereadores**, Pedro Gonçalo Pimpão, Heloísa Madeira, Abilio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.----------
---

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:----------

Os Deputados Municipais do PS, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Hermes Luis de Brito Alberto, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Maria da Conceição Leite Esteves Duarte.----------
O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador.----------
---

Os **Deputados Municipais do PSD**, Mário Baião Botelho da Silva, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Miguel Baião da Encarnação, Sebastião Francisco Seruca Emídio, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Duarte José de Sousa Duarte, João Manuel Guerreiro da Conceição, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Cláudio Filipe Simão de Lima, Sérgia Maria Vicente Coelho Medeiros, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Fábio Manuel da Silva Bota.----------
---

O Deputado Municipal do BE, Carlos José da Silva Martins, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Rogério Jesus Ferreira Rochinha.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, verificada a existência de quórum deliberativo, deu início os trabalhos.----------
---

----------Ordem de Trabalhos----------

1-Intervenção do Público;----------

2-Aprovação de Atas;----------

3-Informação sobre expediente recebido;----------

4-Período de Antes da Ordem do Dia;----------

4.1-Voto de Pesar pelo Falecimento de António Arnaud;----------

4.2-Moções;----------

5-Período da Ordem do Dia;----------

---

a)- Proposta 24/2018- Deliberação relativa à Resolução da Assembleia Municipal sobre a "Análise da Situação da Saúde no Município de Loulé e no Algarve", nos termos do artigo 66.º do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé;----------

---

b)- Proposta 25/2018- Deliberação relativa ao Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Almancil, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 61.135,00€, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 783-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

c)- Proposta 26/2018- Deliberação relativa ao Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Alte, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 15.575,00€, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 784-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

d)- Proposta 27/2018- Deliberação relativa ao Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia do Ameixial, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 13.750,00€, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 785-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

e)- Proposta 28/2018- Deliberação relativa ao Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Boliqueime, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor

20.425,00€, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 786**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

f)- Proposta 29/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 62.340,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 787**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

g)- Proposta 30/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de S. Clemente, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 59.515,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 788**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

h)- Proposta 31/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de S. Sebastião, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 52. 030,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 789**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

i)- Proposta 32/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Salir, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 23.110,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 790**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

j)- Proposta 33/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 26.860,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 791**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

k)- Proposta 34/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Almancil, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 347.781,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 792**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

l)- Proposta 35/2018 Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia do Ameixial, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 292.541,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 793**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

m)- Proposta 36/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Alte, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 294.214,00€**; nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 794**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

n)- Proposta 37/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Boliqueime, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 255.296,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 795**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

o)- Proposta 38/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 530.954,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 796**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

p)- Proposta 39/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de S. Clemente, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 492.781,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º

da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 797**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

q)- Proposta 40/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de S. Sebastião, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 312.230,00€** , nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 798**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

r)- Proposta 41/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 451.656,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 799**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

s)- Proposta 42/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Salir, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 425.277,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 800**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

t)- Proposta 43/2018- Deliberação relativa **à Aprovação do Regulamento do Concurso Literário Sophia de Mello Breyner Andresen,** nos termos e ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 865**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

u)- Apreciação da Informação relativa à **1.ª Alteração ao Plano de Urbanização de Vilamoura - 2.ª fase - Ponderação da Participação Preventiva**; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 893**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

v)- Apreciação da Informação relativa **ao Inicio de Procedimento para 2.ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor n.º 1 de Almancil - Reestruturação das valências definidas para o Parque Urbano, previsto para**

o designado Lote 171; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 910-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

w)- Apreciação da Informação relativa à **Proposta de Alteração da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional – Aterro Sanitário do Sotavento – Ratificação da Posição da CML em Conferência de Serviços**; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 911-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

x)- Apreciação da Informação relativa à **Reabertura do Procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM) – Relatório de Ponderação da Participação Preventiva**; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 925-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

y)- Apreciação da Informação relativa ao **Contrato de Concessão de Exploração do Apoio de Praia Tipo "B" em Quarteira – Aprovar a Cessão de Posição Contratual**; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 930-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

z)- Apreciação da Informação relativa à **Adjudicação da Concessão da Exploração do Estabelecimento de Bebidas (Cafetaria) no CECAL (Centro de Experimentação Artística de Loulé) – Aprovar a Adjudicação e a Minuta do Contrato**; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 941-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

Foram iniciados os trabalhos;----------

1-Intervenção do Público;----------

Pediu a palavra a **Munícipe Maria Helena Baião**, que disse ter uma questão e um pedido de esclarecimento, a colocar a esta Assembleia Municipal. Disse ter tido conhecimento do caso de 2 pessoas acima dos 65 anos, que estão a ser desalojadas de casas por não terem rendimentos para poder pagar a renda. Referiu-se ainda ao programa que existe a nível nacional chamado "Porta 65" que neste momento é dirigido aos jovens adultos até aos 35 anos de idade e seria de todo o interesse a nível do concelho de Loulé, lançar-se um programa de apoio a pessoas acima dos 65 anos de idade. Seria conveniente esclarecer o que é jovem, porque para o mercado de trabalho não são considerados jovens e para este programa são considerados jovens.----------
---

Em seguida o **Munícipe Tiago Grosso**, disse que iria colocar duas questões, uma sobre o ordenamento do território e outra relacionada com a questão da habitação.----------

O REOT (Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território), que tem como objetivo dar continuidade ao processo de revisão do PDM, sendo deste modo um documento exaustivo, que alerta para alguns problemas de ordem ambiental, nomeadamente os de ordem imobiliária no litoral. Teceu algumas considerações sobre problemas relacionados com a dispersão da habitação no litoral e sobre os custos da habitação tanto para compra como para arrendamento. O município de Loulé, deveria decidir qual o tipo de crescimento que quer para o concelho, conseguindo dar uma resposta eficaz ao crescente número de famílias que procuram casa. Dever-se-ia apostar na fixação de pessoas na cidade, na sua periferia mais próxima ou fora desta, em aglomerados populacionais significativos. A construção de habitação camarária, deveria estar na primeira linha de ação do Executivo.----------

Outra questão que colocou, tem a ver com uma nascente existente na rotunda existente no Parque das Cidades, vão muitas pessoas lá abastecerem-se de água e a zona envolvente está com imenso lixo, e também criando ali algumas questões de insegurança rodoviária. Deste modo sugeriu que a Câmara colocasse no local um contentor do lixo para melhorar o aspeto porque da forma que está não faz muito sentido.----------

---

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, posteriormente fez um agradecimento ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir, pela oferta dos livros aos senhores Deputados sobre a origem da festa da Espiga de Salir, porque é sempre bom recordar aquilo que se faz de bom no nosso concelho.-------

Também deu conhecimento que durante a segunda quinzena do mês de Junho, será realizada uma sessão extraordinária temática sobre o REOT (Relatório sobre o Estado e Ordenamento do Território). Informou ainda que no mês de Julho será igualmente realizada uma sessão temática sobre a exploração dos hidrocarboneto.----------

---

Foi cedida em seguida a palavra à senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que nomeadamente em relação à intervenção do munícipe Tiago Grosso sobre o REOT, no município de Loulé, que está em fase de discussão pública e de angariação de contributos para a sua conclusão. Sublinhou que é importante que haja uma ampla participação da população na elaboração deste Relatório, que é composto pelos indicadores e outra que tem a ver com as linhas estratégicas, que nos leva para a revisão do PDM e que neste momento são o ponto de partida que é considerado

adequado para este Relatório.----------

Foi depois cedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que mencionou que as questões colocadas pelos cidadãos Maria Helena Baião e Tiago Grosso, serão respondidas em conjunto porque ambos colocaram o problema da habitação, que de facto existe, que neste momento não há oferta no mercado. As pessoas têm direito a uma habitação condigna, tanto jovens como idosos.------
Quanto á questão da dispersão ser uma pratica da politica de território, deve o mais possível ser contida, os polos devem-se concentrar em cidades ou vilas, porque a dispersão tem custos muito grandes.----------
O Governo legislou recentemente um pacote de politicas habitacionais que a Câmara quer entrosar com as politicas locais, existindo várias variantes, desde a reabilitação, construção, procura no mercado de investidores que possam estar interessados em resolver esse problema.----------
Solicitou ao munícipe Tiago Grosso, que fizesse chegar ao Executivo, o documento de reflexão que será bastante útil.----------
Por ultimo, em relação aquela nascente de água, manifestou o seu agrado por haver pessoas que aproveitem aquela água e deve ser posta ordem ali aquele espaço. A autarquia irá entrar em contacto com o proprietário, para as diligências necessárias para o efeito.----------
---

Passou-se ao ponto seguinte;----------

2-Aprovação de Atas;----------

O senhor **Presidente da Assembleia** informou estar a Ata da Sessão do 25 de Abril completa com as intervenções que ocorreram nessa Sessão, embora com alguns pormenores a Ata será colocada à votação----------
A Ata n.º6/18 (Sessão Comemorativa dos 44 Anos do 25 de Abril) foi aprovada por unanimidade.----------
---

3-Informação sobre expediente recebido;----------

Neste ponto o senhor **Presidente da Assembleia**, disse que queria dar uma breve nota sobre o Congresso da ANAM, que ocorreu no dia 19 em Mafra, e será distribuída aos senhores Deputados, uma informação com a síntese dos trabalhos e uma Moção que foi aprovada. Os documentos então que foram distribuídos serão remetidos aos Deputados Municipais.----------
---

4-Período de Antes da Ordem do Dia;----------

Usou da palavra o senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**, questionou o executivo sobre a manutenção dos espaços desportivos do concelho, nomeadamente no Estádio Municipal de Loulé.----------
Questionou sobre qual a situação do Bar das Piscinas de Loulé, que se encontra encerrado há quase 10 anos e também sobre habitação social que não tem sido feito nada nessa área nos últimos 4 anos.----------
---

Posteriormente o senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, abordou a questão da exploração de petróleo no Algarve, nomeadamente no furo previsto para a zona de Aljezur, sendo a avaliação de impacto ambiental de vital importância. Relembrou que no próximo dia 5 de Junho o Ministro do Ambiente estará em Faro, nas Comemorações do Dia Mundial do Ambiente.----------
Disse ainda ter a certeza que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé, nesta matéria fez tudo o que estava ao seu alcance para resolver esta questão e mais não poderá fazer.----------
Falou também sobre a forte adesão das pessoas na participação do Orçamento Participativo, que mostra o quanto as pessoas estão interessadas no que se passa no nosso concelho.----------
---

Depois usou da palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que mencionou ter algumas questões a colocar e uma delas prende-se com um requerimento dirigido ao Executivo Municipal solicitando alguns Protocolos que o Presidente assinou com o Governo. Outra questão relacionada com a prospeção de hidrocarbonetos em Aljezur, o que pensa fazer o Presidente da Câmara e da AMAL em relação a esta guerra que foi declarada.----------
Questionou o porquê de não haver avaliação do impacto ambiental, uma vez que foi rejeitado, foram postos Projetos de Lei na Assembleia da República e as coisas não deveriam ter chegado a este ponto.----------
Era de todo o interesse que fosse tomada uma posição clara e objetiva, em relação a esta matéria. Deu conhecimento ainda que foi rececionada uma resposta da GNR, em relação à queixa apresentada pelo Deputado Carlos Martins, contra a ALGAR, e nessa resposta, é-nos informado que a mesma tem autorização das Águas do Algarve, para fazer as descargas em Quarteira e questionou em que base de critérios é que isso foi que aquela empresa pública deu aquela autorização para que isso fosse feito.----------
O contrato com a ALGAR é até 2020, sempre foi falada essa data, mas a senhora administradora da ALGAR, diz que tem contrato até 2032, em que é que

ficamos?----------

Em seguida o senhor **Deputado Miguel Encarnação (PSD)**, questionou o Executivo em relação à EN 396 que liga Loulé a Quarteira, relativamente à parte da variante das 4 faixas, se a Câmara está a pensar tomar algumas diligências no sentido de reabilitar aquela estrada, que cada vez mais impossibilita a circulação cada vez mais e cada vez mais se torna um problema, a estrada que liga as 2 cidades estar naquele estado.----------
---

A seguir o senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, saudou todos os jovens que dão vida ao poder local, disse ser do tempo do jovem Joaquim Guerreiro e do jovem Pedro Rocheta, com quem sempre teve uma boa relação.----------
A questão do Aterro Sanitário, dos hidrocarbonetos e da APA, que nunca funcionou no Algarve.----------
---

Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que abordou a questão da hotelaria no Algarve, e deixou uma nota quanto ao ponto de vista das leis laborais, os empresários não estão a celebrar contratos a termo certo, ao fim de 3 contratos a prazo dispensam os funcionários.----------
---

A seguir interviu o senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, disse que a sua bancada queria aqui publicamente manifestar que relativamente ao furo ao largo da costa de Aljezur, chegou-se à conclusão que se trata de uma "vergonha nacional" e reforçou que devemos ter publicamente uma posição unanime e firme contra estas arbitrariedades, relativamente ao nosso Algarve que tanto amamos.-
---

No seguimento o senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, abordou a questão relativa ao estado de degradação das estradas no Algarve, e nomeadamente no concelho de Loulé e no que respeita à requalificação da EN 125, entre Vale da Venda e Almancil, está em estado lamentável em termos de circulação, está um verdadeiro desleixo por parte das Infraestruturas de Portugal. Com certeza que o valor para resolver a situação não será assim tão elevado.----------
---

O senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, informou os presentes que no concelho de Loulé, estão neste momento a serem formados 500 Nepaleses, numa IPSS do concelho e crê que o próximo foco de escravatura será no nosso concelho.----------
---

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, fez a sua intervenção

começando por dar os parabéns ao Executivo Municipal, pelo facto de ter celebrado a assinatura de aquisição do antigo Casino de Quarteira e questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal, se relativamente aquele que será o destino daquele edifício, se já está mais definido e desde já manifestou o seu interesse que ele fosse destinado à Cultura de base popular que tem muito a ver com a história daquele edifício.----------
---

Posteriormente foi cedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que disse ter registado com muito agrado a intervenção do senhor Deputado Hugo Nunes, por ter saudado o Executivo, por aquele que foi mais um bom ato de gestão do Município, no que toca à aquisição de património e neste caso fortemente ligado ao povo de Quarteira e sabe muito bem o que aquele espaço significa para a população de Quarteira. É bom ver aqui na Assembleia Municipal, o reconhecimento dessa boa decisão da Câmara. Ainda não está definido o destino a dar aquele edifício, que irá ser recuperado e o uso social, ainda não está definido. Referiu ainda que gostaria igualmente de ter tido aqui na Assembleia Municipal, o reconhecimento e a saudação ao Executivo, por a Câmara Municipal de Loulé e os seus técnicos, com o trabalho que foi feito relativamente à exposição em Lisboa, Loulé- Territórios, Memórias e Identidades, por ter ganho 2 prémios nacionais e uma Menção Honrosa, porque é de facto uma coisa extraordinária.----------
---

Seguidamente usou da palavra o senhor **Vereador Carlos Carmo**, para dar uma breve nota sobre a questão colocada pelo senhor Deputado Rogério Rochinha, relativamente à queixa feita pelo deputado Carlos Martins, sobre as descargas na Foz do Almargem, referindo que a Câmara fez vários ofícios tanto à ALGAR como às Águas do Algarve sobre essa matéria, questionando sobre o depósito de lixiviados que era feito nessa estação, tendo sido respondido pela ALGAR, que tinha de facto autorização das Águas do Algarve, e foi dada a resposta no passado dia 15 de Maio, em que refere que existe essa autorização para fazer essa descarga, nomeadamente nessa estação da Foz do Almargem. É de registar que a Câmara depois da queixa feita pelo deputado Carlos Martins, fez o seu papel de defesa do interesse dos munícipes e agora há que aguardar pela suspensão de drenagem da ALGAR.----------
---

Seguidamente o senhor **Vereador Abílio de Sousa**, respondeu que em relação à questão colocada pelo senhor deputado Fábio Bota, que em relação o Campo n.º 1, está sendo feito um estudo pela Universidade do Algarve, que tem a ver com a segurança do próprio Estádio, e está sendo elaborado um projeto, que contempla

a demolição e construção de um novo Estádio, que respeita a nova legislação em vigor.----------
Em relação às intervenções dos Deputados Miguel Encarnação e Calçada Correia, tanto um assunto como outro, são assuntos da IP, a Câmara tem esgotado o esforço de enviar diversos ofícios alertado sobre o perigo da estrada, como da parte de bermas e valetas, e que aquele troço pertence às Estradas de Portugal.-
---

Para terminar as questões colocadas ao Executivo Municipal, usou da palavra o senhor **Vice-Presidente**, que em relação à questão da prospeção e exploração de hidrocarbonetos na Costa Algarvia e Costa Alentejana, em sede da reunião da AMAL, saiu uma tomada de posição da região do Algarve.----------
---
Usou da palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, disse desconhecer que a escritura do antigo Casino de Vilamoura já tinha sido feita e congratula-se com a mesma.----------
Denunciou a situação abusiva das esplanadas que se vive em Quarteira, há anos e onde nada é feito para pôr termo a essa situação.----------
Quanto à questão da ALGAR que supostamente tem contrato de exploração até 2020, que é sempre aquilo que se tem falado, se o contrato é até 2032, porque numa entrevista da administradora, disse que o contrato para as 2 infraestruturas, já foi renovado por mais 12 anos, e qual o ponto da situação neste momento.----------
---
Usou da palavra o senhor **Deputado Deodato João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir)**, que manifestou o seu contentamento pela oferta do livro sobre a Freguesia de Salir, aos senhores Deputados Municipais, por parte da Junta, que comemorou 50 anos da Festa da Espiga, da autoria do senhor Fernando Graça.----------
Disse ainda ter ficado bastante sensibilizado e triste por ter encerrado o único balcão da Caixa de Crédito Agrícola, embora tenham sido feitas algumas reuniões por forma a acautelar que não fechasse, ou que adiassem esta possibilidade para mais tarde.----------
Teceu ainda algumas considerações sobre a ALGAR, que desde 1997 que foi criado e tem uma Comissão de Acompanhamento constituída por 20 entidades, e em média apenas 4 ou 5 entidades estão presentes nas reuniões de acompanhamento, e a freguesia de Salir sempre esteve lá representada, mas isso não impede que as decisões avancem e que as decisões sejam tomadas e que as células sejam construídas. Em 2015 foi a concurso esta ultima célula, começou a

construção em 2017 e hoje vamos ratificar o que o ICNF deu autorização para fazer todo aquele abate de centenas de sobreiros. Os lixiviados que lá se encontram estão a ser tratados numa estação de Tratamento de Águas, alugada a Itália. Não faz sentido não haver um estudo de impacto ambiental ali, certamente se fosse para fazer um Hotel, haveria esse estudo.----------
---

Posteriormente usou da palavra o senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, disse que quando o Aterro Sanitário foi projetado, foi sempre na perspetiva de que era um benefício, de que era tecnicamente sem falhas, de que era tudo ótimo, e a partir daí havia que tomar uma decisão e foi tomada uma no Barlavento e outra no Sotavento. Degradaram-se essas condições e não há razão para que nós não protestemos, que não lutemos, não há razão para que não se tente "embargar" essa situação, de pelo menos tentar colocar em condições. Quando na altura foi tomada essa decisão foi para o bem, foi para resolver o problema das lixeiras espalhadas por todo o Algarve.----------
Referiu ainda querer fazer uma recomendação à Câmara Municipal de Loulé e que tem a ver com as alterações climáticas e com as praias, e que em relação a esta questão o PSD apresentou uma Moção na Assembleia da República, que tem a ver com o reforço dos molhos dos esporões nas praias do litoral do Algarve e seria de todo conveniente que se refletisse sobre esta questão, porque não se sabe como será o próximo Inverno.----------
---

Seguidamente pediu a palavra o senhor **Deputado Miguel Encarnação (PSD)**, e na sua intervenção felicitou a Câmara Municipal pela aquisição do imóvel do antigo Casino de Vilamoura, porque enquanto quarteirense fica bastante satisfeito, uma vez que há muitos anos a JSD tem essa luta para a compra daquele imóvel, porque está ligado à cultura popular.----------
Respondendo ao senhor Vereador Abilio Sousa, mais disse, que tinha sido bastante explícito na sua intervenção, não pediu que a Câmara Municipal substituísse o Governo, apenas questionou que diligências estava a Câmara a tomar nesse sentido e se for para salvar vidas humanas, que a Câmara Municipal substitua todo e qualquer Governo.----------
---

Foi cedida de imediato a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que referiu estar perfeitamente de acordo com o apelo à exigência dos cidadãos, que tudo aquilo que exigir um controlo apertado das condições de exploração e funcionamento do Aterro Sanitário, poderão contar com o apoio incondicional da Câmara Municipal de Loulé, porque a autarquia é muito exigente com a ALGAR. Os lixos tinham que ter um tratamento adequado e foi uma revolução ambiental no

Algarve, porque o que estava em causa era o encerramento de dezenas de lixeiras.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia**, referiu a título de informação que no Conselho de Administração da ALGAR estão representados os municípios do Algarve.----------
Interveio o senhor **Vereador Carlos Carmo**, que respondeu ao senhor deputado Rogério Rochinha, que o aumento do tempo de exploração do Aterro, nada tem a ver com a Câmara Municipal, será da CCDR essa autorização. Depois agradeceu as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salir, e que na Comissão de Acompanhamento os representantes da ALGAR que para uma simples alteração do Regulamento que não era alterado há décadas, a Câmara apresentou um documento, em que dizia que a ALGAR teria que apresentar um Relatório em cada reunião sobre o funcionamento do Aterro e que a Comissão tinha a prorrogativa de aprovar documento de recomendação para a concessionária, que no caso concreto não ficou nada agradada e foram intransigentes com esta questão.----------
Mais disse que na última reunião da Comissão de Acompanhamento onde estiveram todos os membros e nessa reunião foi aprovada uma Recomendação que autorizou a Câmara Municipal, a contratar uma fiscalização de 3ª parte e neste momento a Câmara está a trabalhar nesse assunto.----------
---

Posteriormente usou da palavra o senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que esclareceu que relativamente à questão do encerramento do balcão da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, a questão tinha sido abordada pela Câmara. Disse que poderá caber ao poder local, repensar que tipo de serviço poderá ser oferecido à população do interior, numa conjugação de esforços com a banca e essa decisão terá que ser pensada com as Juntas de Freguesia, o tipo de serviço a ser prestado à comunidade.----------
---

Pediu novamente a palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que esclareceu nunca ter afirmado que a Câmara de Loulé era responsável pela questão do aumento dos anos, nem nunca tinha acusado a Câmara de Loulé, de ser responsável por nenhuma catástrofe ecológica ou ambiental e congratula-se com o trabalho que está a ser desenvolvido pela Câmara Municipal nesse sentido.------
---

4.1-Voto de Pesar pelo Falecimento de António Arnaud;----------
---

Para apresentar este Voto de Pesar, foi cedida a palavra ao preponente do Grupo Municipal do PS, na pessoa do senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que fez a leitura do mesmo (documento que será anexado à Ata).----------
---

No seguimento pediu para usar da palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, dizendo que o Bloco de Esquerda se junta ao Voto de Pesar do PS e igualmente apresentou uma Nota de Pesar sobre o falecimento do Dr. António Arnaud, que passou a ler (documento que será anexado à Ata).----------
---

Interveio o senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, referindo que o Grupo Municipal do PSD também se associa à homenagem prestada a este grande homem e a todos os homens bons que fazem algo em prol da população.----------
---

Em seguida usou da palavra o senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que se congratulou pela obra deixada pelo Dr.º António Arnaud.----------
---

Findas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs um minuto de silêncio em homenagem ao Dr. António Arnaud e a aprovação do voto de pesar, o qual foi aprovado por unanimidade. ----------
---

4.2-Moções;----------

Moção apresentada pelo **Grupo Municipal do PSD "Do Interior ao Litoral Algarvio- Habitar Jovem"**----------
---

Foi cedida a palavra à senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, para fazer a apresentação da Moção, em nome do Grupo Municipal do PSD. (documento que será anexo à Ata).----------
---

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, que se congratulou com a Moção apresentada que demonstra uma preocupação com a situação dos jovens, embora a Assembleia Municipal não seja o local mais apropriado para mexer em alguma coisa que esta Moção passa a ser designada por Recomendação, caso contrário a sua bancada abster-se-á na votação da mesma. Mais referiu, que a maioria das medidas apresentadas na mesma, já estão algumas em vigor, nomeadamente questões do IMI, IMT.----------
A maioria das medidas propostas nesta Recomendação, são da responsabilidade da Assembleia da República e não uma proposta para a Assembleia Municipal.-----
---

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, questionou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, diretamente sobre a questão do delibere, esta Assembleia vai "deliberar reabilitar para arrendar?".----------

---

Esclareceu o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, que as Moções são sempre deliberações.----------

---

Retomando a palavra o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, propôs a esta Assembleia Municipal, que se fizesse uma sessão temática em que de facto se discutisse claramente o problema da habitação no Algarve e do interior. Lembrou ao senhor Presidente da Câmara, a criação de um Grupo de Missão para o interior e uma das questões a resolver, será a questão da habitação, não só para os jovens, mas também para os mais velhos, e deveria ser transformada em Recomendação esta Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.----------

---

Depois usou da palavra o senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, teceu algumas considerações sobre a habitação no interior, junto à costa, nos centros urbanos, a legislação é generalista e não identifica nada e como se pode alterar a legislação.----------

---

Para um esclarecimento adicional dobre o documento apresentado, usou da palavra a senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, nomeadamente que existem leis que só o poder central tem poder para as alterar e outras que o poder local o pode fazer. O Grupo Municipal do PSD, tem a plena noção que estas Moções, não são suficientes para resolver um problema que não é de agora, mas que alguém tem de ter a iniciativa e esta é uma iniciativa e aceita que se altere a Moção para Recomendação.----------

---

O senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, disse que uma vez que a Moção passa a Recomendação o Grupo Municipal do PS, votará favoravelmente a mesma.--------

---

Posteriormente o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou à votação a **Recomendação** apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, **"Do Interior ao Litoral Algarvio - Habitar Jovem"**, que foi aprovada por unanimidade.----------

---

O senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, apresentou uma Declaração de Voto escrita (documento que será anexado à Ata).----------

---

Depois foi apresentada a **Moção**, que passou a ter a designação de **Recomendação** seguinte, apresentada pelo **Grupo Municipal do PS "Educação & Formação Profissional: escola, ensino superior, formação ao longo da vida, investigação"**.----------
---

Para apresentação desta recomendação, usou da palavra o senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que fez a leitura da mesma (documento que será anexado à Ata).----------
---

Pediu a palavra o senhor **Deputado Miguel Encarnação (PSD)**, pronunciou-se sobre a Moção em questão, que considera boa mas que esta está um bocado confusa, porque fala de vários temas misturados na mesma Moção, porque se está a misturar ensino básico com ensino superior e não está percetível. Sugeriu que o PS reformulasse esta Moção e a distribuisse por temas.----------
---

Teceu ainda algumas considerações a esta Moção a senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, que no seu entender está um bocado confusa a sua interpretação e como se pretende resolver estas situações onde há uma ausência de uma resposta clara, não é conclusiva.----------
---

O senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, manifestou a sua intenção de votar contra esta Moção, porque não apresenta soluções e apenas refere a "JS defende" e a "JS congratula" e pela construção da Moção e pela maneira que ela está posta, não lhe parece muito estruturada.----------
---

Face à discussão que houve sobre esta Moção, o senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao proponente da mesma para as considerações finais.-
---

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a Recomendação à votação e foi aprovada por maioria, com 11 abstenções (9 PSD, 1 CDS e 1 BE)-----
---

O senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, apresentou uma Declaração de Voto escrita (documento que será anexado à Ata).----------
---

5-Período da Ordem do Dia:----------
---

a)- Proposta 24/2018- Deliberação relativa à **Resolução da Assembleia Municipal sobre a "Análise da Situação da Saúde no Município de Loulé e no Algarve"**, nos termos do artigo 66.º do Regimento da Assembleia Municipal de

Loulé;----------

O senhor **Presidente da Assembleia,** informou os presentes que, que tinham sido apresentadas várias propostas na ultima sessão e dessa discussão resultou que o Presidente da Assembleia, foi mandatado que em Comissão Permanente com os membros que representam as 4 bancadas, se pudesse produzir um texto que merecesse o consenso.----------
---

De seguida o senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, referiu que apesar de não estar legalmente impedido de o fazer, entende que não deve participar nesta votação.----------
---

A proposta foi colocada à votação **e aprovada por maioria com 1 abstenção do deputado Joaquim Vairinhos (PS) e invocação de impedimento por parte do deputado Hugo Nunes (PS).**----------
---

Foi sugerido pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, que da **Proposta 25 à Proposta 33**, relativas a Acordos de Execução relativos à transferência de verbas, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e depois da Proposta 34 até à Proposta 42, relativos a Contratos Interadministrativos relativos à transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, que o Executivo face à apresentação das várias propostas, as apresente globalmente e a votação feita posteriormente será individualmente.----------
---

Para a apresentação das Propostas foi cedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão** referindo que as mesmas tiveram uma participação muito ativa do Executivo Municipal e do Gabinete de Apoio às Freguesias. Do ponto de vista administrativo foi simplificada a relação com as Juntas de Freguesia.----------
---

b)- Proposta 25/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Almancil, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 61.135,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 783**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

Depois de terem tecido algumas considerações por parte do Deputado Rogério Rochinha (BE), Ricardo Lampreia (PSD), Joaquim Vairinhos (PS) e o deputado

Deodato João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), a proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.----------
---

c)- Proposta 26/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Alte, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 15.575,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 784-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.----------
---

d)- Proposta 27/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia do Ameixial, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 13.750,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 785-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.----------
---

e)- Proposta 28/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Boliqueime, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 20.425,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 786-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.----------
---

f)- Proposta 29/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 62.340,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 787-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.----------
---

g)- Proposta 30/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de S. Clemente, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 59.515,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 788-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade.**----------

---

h)- Proposta 31/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de S. Sebastião, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 52. 030,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 789-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade.**----------

---

i)- Proposta 32/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Salir, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 23.110,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 790-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade.**----------

---

j)- Proposta 33/2018- Deliberação relativa ao **Acordo de Execução relativo a transferência de verba para a União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 26.860,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 791-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade.**----------

---

k)- Proposta 34/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Almancil, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor**

347.781,00€, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 792**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade.**----------

---

l)- **Proposta 35/2018 Deliberação** relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia do Ameixial, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 292.541,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 793**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade.**----------

---

m)- **Proposta 36/2018- Deliberação** relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Alte, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 294.214,00€**; nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 794**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade.**----------

---

n)- **Proposta 37/2018- Deliberação** relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Boliqueime, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 255.296,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 795**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade.**----------

---

o)- **Proposta 38/2018- Deliberação** relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 530.954,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 796**-2018]

(plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.----------
---

p)- Proposta 39/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de S. Clemente, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 492.781,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 797**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.----------
---

q)- Proposta 40/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de S. Sebastião, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 312.230,00€** , nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 798**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.----------
---

r)- Proposta 41/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 451.656,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 799**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**.----------
---

s)- Proposta 42/2018- Deliberação relativa ao **Contrato Interadministrativo relativo a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Salir, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano de 2018, no valor 425.277,00€**, nos termos e ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 800**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade.**----------
---

Foram concluídas as 18 Propostas relativas à Descentralização.----------
---

Relativamente à proposta seguinte, informou o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, que esta proposta já tinha vindo a esta Assembleia, antes de ir para discussão pública.----------
---

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, referiu não ter o Executivo nenhuma consideração a fazer sobre esta Proposta, por já ter vindo aqui a esta Assembleia.----------
---

Posteriormente o senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, interveio para se congratular com esta Proposta.----------
---

t)- Proposta 43/2018- Deliberação relativa **à Aprovação do Regulamento do Concurso Literário Sophia de Mello Breyner Andresen,** nos termos e ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 865-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

Informou o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, que este Regulamento já tinha vindo a esta Assembleia anteriormente, antes de ir para discussão pública e posteriormente o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, referiu que este documento foi atualizado no sentido de sensibilizar para a importância da literatura e da poesia.----------
A proposta foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade.**----------
---

Em seguida, foram apresentadas as duas Informações em conjunto, que não suscitaram intervenções.----------
---

u)- Apreciação da Informação relativa à **1.ª Alteração ao Plano de Urbanização de Vilamoura - 2.ª fase - Ponderação da Participação Preventiva; [Proposta da Câmara Municipal n.º 893-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------
---

v)- Apreciação da Informação relativa **ao Inicio de Procedimento para 2.ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor n.º 1 de Almancil - Reestruturação das valências definidas para o Parque Urbano, previsto para**

o designado Lote 171; [Proposta da Câmara Municipal n.º 910-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

Depois foram apresentadas as outras informações.----------

---

w)- Apreciação da Informação relativa à **Proposta de Alteração da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional – Aterro Sanitário do Sotavento – Ratificação da Posição da CML em Conferência de Serviços; [Proposta da Câmara Municipal n.º 911-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

x)- Apreciação da Informação relativa à **Reabertura do Procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM) – Relatório de Ponderação da Participação Preventiva; [Proposta da Câmara Municipal n.º 925-2018]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

Pediu a palavra a senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD),** que em relação a este assunto, teceu algumas considerações em relação ao Aterro, se as contrapartidas acordadas, a construção da Circular Norte, se já foram cumpridas, já foram cumpridas e a construção das ultimas células, nomeadamente a C e D.----------

Questionou porque motivo a Câmara Municipal deu um parecer que torna possível a construção de 2 células e porque não apenas a construção de apenas 1 célula, com uma duração de vida de 6, 7 anos e se este tempo não é mais do que suficiente para se encontrar outra solução, outra forma de tratamento.----------

---

Depois o senhor **Deputado Fernando Santos (PS),** fez algumas considerações sobre o Aterro Sanitário, que era no passado este concelho uma verdadeira lixeira. A aprovação daquelas 4 células foi um erro por parte da CCDR ao não ter abrangido a parte da REN em relação à totalidade das células.----------

---

O senhor **Deputado Carlos Costa (PS),** na sua intervenção, referiu que aquele Aterro deveria ter mais anos de vida, se não levasse depósitos de resíduos inapropriados. O Aterro tem funcionado mal, são despejadas resíduos a céu aberto.----------

---

Ainda sobre estas Informações, usaram da palavra o **senhor Deputado António Farrajota (CDS),** referiu que o assunto é demasiado sério e é preciso resolver o problema da melhor forma possível, fazer tudo o que for necessário.----------

---

Para responder ao senhor Deputado Fernando Santos, interveio o senhor **Deputado Deodato João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir)**, que disse que a Junta de Freguesia de Salir tem estado sempre presente em todas as reuniões da Comissão de Acompanhamento ao contrário de muitas outras entidades.----------
---

Depois interveio ainda o senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que referiu alguns dos aspetos negativos do Aterro e nomeadamente as responsabilidades dos representantes da ALGAR. Questionou o Executivo se tem conhecimento ou não se o Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio foi prolongado por mais 12 anos?----------
---

Também usou da palavra o senhor **Deputado António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)**, que expressou a sua opinião nomeadamente e teceu algumas considerações sobre as consequências negativas dos efeitos do Aterro.----------
---

Ainda sobre este tema, usou da palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)** que fez alguns considerandos sobre o tema em análise.----------
---

O senhor Vereador José Graça solicitou permissão para intervir.----------
---

Ainda sobre esta questão, interveio o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que referiu que este Executivo, pela primeira vez, virou uma página na exigência em relação à ALGAR.----------
---

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, esclareceu que os Vereadores da Oposição também segundo o Regimento podem usar da palavra neste Período.-----
---

Foi então cedida a palavra ao senhor **Vereador José Graça**, que teceu algumas informações sobre o Aterro Sanitário. Terminou dizendo que um Aterro com aquelas características, seguramente funcionará melhor nos primeiros anos de exploração, do que nos últimos e isso tem-se verificado. Todos em conjunto temos de lutar para que aquilo funcione melhor, porque depois de 2010, depois do problema que houve, nunca mais funcionou bem.----------
---

Por fim, o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, disse que este Aterro, foi inaugurado há muitos anos, existiram responsáveis, quer da parte da empresa que explorava o Aterro, quer do Executivo Municipal. No contexto atual há uma força

política que sistematicamente traz o assunto para debate aqui nesta Assembleia Municipal, não na perspetiva de colaborar, de construir, de ganhar consciência municipal, crítica relativamente ao Aterro para que as coisas no futuro, possam ser corrigidas e possam correr melhor e se a intenção é de julgar politicamente este Executivo, pede ponderação e que no período em que aqui estiveram a exercer as funções que este Executivo agora está a exercer. Este assunto atualmente vai ter consequências, porque a negligência da ALGAR, foi comunicada às autoridades, como crime ambiental já tendo passado para as instâncias jurídicas. Este Executivo tem sido exemplar na forma como tem abordado esta questão e na gestão desta crise.----------

No que respeita às contrapartidas, sempre ouviu falar nas mesmas, a o Vereador com o pelouro do Ambiente, conseguiu esse documento escrito com as contrapartidas que lá estão e não está lá nenhuma contrapartida que refira a construção da Circular Norte de Loulé. O que está referido no documento é a construção das micro-etares de Barranco do Velho, Cortelha e Vale Maria Dias e as mesmas em 12 anos de responsabilidade do Executivo Municipal do PSD, nunca foram cumpridas e é este atual Executivo PS, que está a resolver o problema, teve coragem na defesa do interesse público.----------

---

Esgotado o tempo regimental, transitaram as três Informações restantes, para uma próxima sessão da Assembleia Municipal.----------

---

x)- Apreciação da Informação relativa à **Reabertura do Procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM) – Relatório de Ponderação da Participação Preventiva**; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 925**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

y)- Apreciação da Informação relativa ao **Contrato de Concessão de Exploração do Apoio de Praia Tipo "B" em Quarteira – Aprovar a Cessão de Posição Contratual**; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 930**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

z)- Apreciação da Informação relativa à **Adjudicação da Concessão da Exploração do Estabelecimento de Bebidas (Cafetaria) no CECAL (Centro de Experimentação Artística de Loulé) – Aprovar a Adjudicação e a Minuta do Contrato**; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 941**-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.----------
---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA_____
A 1ª SECRETÁRIA_____
A 2ª SECRETÁRIA_____

Veronica Coelho

De: ferrodes <ferrodes56@gmail.com>
Enviado: sábado, 24 de novembro de 2018 18:08
Para: Assembleia Municipal de Loule
Cc: Adriano Pimpao; Carlos Costa
Assunto: Ata n.º 10-18 para aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal

Boa tarde

Solicito correções das minhas intervenções na ata acima referida:

Na Pág 11 quis dizer: 3 contratos (em vez de 2).

Na Pág 25 quis dizer: resíduos inapropriados, e mais á frente; despejados resíduos a céu aberto

Com os melhores cumprimentos

Carlos Costa

Enviado a partir do meu smartphone Samsung Galaxy.

-------- Mensagem original --------
De : Assembleia Municipal de Loule <aml@cm-loule.pt>

Assunto: Atas n.º 10-18 e 13-18 para aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal

Exmos Senhores Deputados Municipais,

Remeto em anexo para conhecimento de V.Exas, a **Ata N.º 10-18 (28 de Maio 2018) e Ata N.º 13-18 (continuação da sessão de 27 de Junho - 2 de Julho)** para aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal do dia 30 de Novembro.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Cristina Costa
Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Praça da República, Edifício Eng.ºDuarte Pacheco, n.º36

8100-Loulé

Telef: 289 400 809 - Ext: 16101

MOÇÃO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DO DR. ANTÓNIO ARNAUT

Reunida em 28 de maio de 2018, a Assembleia Municipal de Loulé manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Dr. António Arnaut, figura ligada a uma das maiores conquistas sociais da revolução de abril.

António Duarte Arnaut, do seu nome completo, nasceu na Cumieira, Concelho de Penela, Distrito de Coimbra no dia 28 de janeiro de 1936 e faleceu no dia 21 de maio de 2018, com a idade de 82 anos.

António Arnaut era advogado de profissão tendo obtido a licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1959.

Na sua juventude envolveu-se na militância política na oposição ao regime vigente, o Estado Novo, tendo participado em inúmeras atividades entre as quais se destaca o facto de ter pertencido à Comissão Distrital de Coimbra da candidatura de Humberto Delgado em 1958. No ano seguinte ainda como católico, foi arguido no processo resultante da carta dos católicos ao então Presidente do Conselho, o ditador António de Oliveira Salazar. Mais tarde, em 1969, na primavera marcelista, foi candidato pela CDE (Comissão Democrática Eleitoral) no círculo de Coimbra.

Foi ainda militante da Ação socialista Portuguesa desde 1965 e foi também cofundador do Partido Socialista em 1973, na cidade alemã de Bad Münstereifel.

Mas foi como ministro dos Assuntos Sociais do II Governo Constitucional que atingiu grande notoriedade, sendo o autor do Despacho que criou o Serviço Nacional de Saúde em 1978, num processo praticamente em segredo, tal era a discordância dos setores mais conservadores da sociedade portuguesa. Aliás, naquele tempo eram milhões os portugueses que não tinham qualquer proteção sanitária do Estado.

Na verdade, o processo de criação do SNS tem uma história digna de figurar nos mais modernos compêndios. Tal só foi possível pela manifesta e evidente inteligência, astúcia, clarividência, vontade e determinação de António Arnaut.

De facto, na tarde dessa quinta-feira do dia 20 de julho de 1978, Portugal acabava de estabelecer um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o II Governo constitucional liderado por Mário Soares aproximava-se do fim. Com tal espetro pela frente, António Arnaut sabia que só por poucos dias continuaria a desempenhar as funções de Ministro dos Assuntos Sociais. Assim, no seu gabinete da Av. Defensores das Chaves, em Lisboa, enfrentando a poderosa Ordem dos Médicos que se manifestava totalmente contra a criação do SNS, assina o despacho datado desse dia, 20 de julho de 1978 e publicado nove dias depois na segunda série do Diário da República, ou seja, a 29 de julho de 1978.

O despacho, feito em segredo, foi enviado para publicação sem sequer consultar o gabinete do Primeiro-Ministro e foi publicado em tempo recorde, mercê de um pedido especial que António Arnaut fez a um seu

"irmão fraterno" que trabalhava na Imprensa Nacional Casa da Moeda, no sentido do mesmo ser publicado antes da queda do governo. Com a publicação do Despacho Arnaut, milhares de portugueses começaram a acorrer aos hospitais e o processo não mais pararia.

O Despacho Arnaut determinava o seguinte: *todas as pessoas não abrangidas por quaisquer esquemas de proteção na doença passam a integrar o SNS, dispondo gratuitamente de consultas de clínica geral e de especialidades médicas, serviços de enfermagem, internamento hospitalar, assistência medicamentosa e acesso a exames complementares de diagnóstico e tratamentos especializados.*

Só mais tarde, a 15 de setembro de 1979, é que o Serviço Nacional de Saúde seria vertido em Lei (Lei n.º 56/79, de 15 de setembro), a qual criava sem possibilidades de retrocesso o Serviço Nacional de Saúde, concretizando o direito à proteção da saúde, à prestação de cuidados globais de saúde e o acesso a generalizado a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social.

Neste processo não poderá ser esquecido o homem que foi considerado "o braço direito" de António Arnaut e a quem coube a coordenação de todo o projeto, num grupo de que faziam parte os Drs. Gonçalves Ferreira, Miller Guerra, José Manuel Bezerra, António Leal Lopes e António Correia de Campos. Esse homem foi o Dr. Mário Mendes, prestigiado médico obstetra de Coimbra, a quem, naturalmente, deverá ser também reconhecido o seu importante contributo na criação daquela que é unanimemente considerada uma das mais importantes conquistas de abril.

Para além de ter exercido a pasta de Ministro dos Assuntos Sociais, António Arnaut exerceu ainda outros cargos, quer políticos quer sociais.
No exercício de cargos políticos, foi Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Penela; Deputado à Assembleia Constituinte e Deputado à Assembleia da República, da qual chegou a ser seu Vice-Presidente. Foi Presidente honorário do PS em 2016.

No campo social exerceu diversos cargos na Ordem dos Advogados, tendo sido, também, Vogal do Conselho Superior de Magistratura. Fundou a Associação Portuguesa de Escritores Juristas e foi um dos cofundadores do Círculo Cultural Miguel Torga de quem, aliás, foi amigo.

Talvez a sua faceta menos conhecida fosse a de escritor, mas a este nível a sua obra é também extensa: publicou 8 livros de poesia, 4 de ficção; 2 de poesia e ficção; 14 de ensaios e 2 de antologias, num total de 30 obras.

Mas sem qualquer espécie de dúvidas, como diria a jornalista Alexandra Campos, o seu **melhor poema foi o Serviço Nacional de Saúde**.
Honra à sua vida e à sua obra!

Loulé, 28 de maio de 2018

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

BLOCO DE ESQUERDA

O Bloco de Esquerda lamenta profundamente o falecimento de António Arnaut, lutador pela liberdade cuja vida e percurso politico se cruzam com as causas da liberdade e da justiça social .

Oposicionista à ditadura , integrou a campanha presidencial de Humberto Delgado e foi fundador do Partido Socialista . Desempenhou , depois do 25 de Abril de 1974 , diversos cargos políticos e institucionais.

Deixou-nos o seu imprescindível contributo para a fundação do Serviço Nacional de Saúde e para a sua consagração como pilar do Estado Social solidário e democrático.

E deixa-nos também a responsabilidade da sua refundação para , nas suas palavras , " restituir ao Serviço Nacional de Saúde a sua dignidade contitucional e a sua matriz humanista " .

Ao Partido Socialista e à família , o Bloco de Esquerda endereça o seu profundo pesar.

Loulé 28 de Maio de 2018

Assembleia Municipal de Loulé
N.º Entrada 58
23/05/2018

MOÇÃO

DO INTERIOR AO LITORAL ALGARVIO:

HABITAR JOVEM

ENQUADRAMENTO

A desertificação populacional, também denominada *êxodo rural*, é frequentemente definida como o fenómeno de abandono dos habitantes das áreas rurais para os centros urbanos.

As dinâmicas demográficas registadas nas últimas décadas, em Portugal, demonstram que dois terços do território nacional – municípios do Interior do País – estão ameaçados de despovoamento, acompanhados dos seus inevitáveis corolários[1]:

- desertificação física provocada pelo abandono das terras e das atividades produtivas;
- declínio das atividades económicas e a perda de massa crítica – demográfica, social, económica;
- acréscimo significativo dos custos de provimento de infraestruturas e equipamentos de uso coletivo;
- rarefação de serviços públicos fundamentais;
- degradação da igualdade de oportunidades e de condições de vida.

Pelo exposto e tendo em conta que 80% da população de Portugal se concentra em apenas 20% do total do espaço territorial, sendo o litoral a zona de principal concentração, afigura-se necessária a implementação de medidas que fomentem a alteração do paradigma atual, invertendo, assim, o *natural percurso da evolução da sociedade*[2].

Intrinsecamente associado a este tema – desertificação – está a dificuldades da procura de um imóvel por parte dos jovens no interior das localidades, em Portugal.

A este propósito, relembramos que no passado dia 27 de fevereiro, foi divulgado, em Lisboa, o Relatório da Cáritas Europa, denominado "Os jovens na Europa precisam de um Futuro".

Este Relatório refere, entre outras conclusões que "a maioria dos jovens em Portugal não consegue arrendar ou comprar casa devido aos empregos precários e a um mercado de habitação com preços muito elevados."

DIFICULDADES SENTIDAS PELOS JOVENS

[1] Cfr. Relatório "Territórios de Baixa Densidade, Territórios de Elevado Potencial", Setembro, 2014
[2] Cfr. http://expresso.sapo.pt/blogues/blogue_sem_cerimonia/o-interior-tambem-e-portugal=f889639

De acordo com informações recolhidas[3], ao longo do presente mandato, pela JSD/Algarve, são vários os motivos que dificultam a procura de um imóvel no interior – seja para adquirir, seja para arrendar -, nomeadamente:

1. Impedimento de construção de casas pelos Planos Diretor Municipal;

2. Desinteresse de venda de imóveis abandonados por parte dos proprietários;

3. Venda a preços exorbitantes de imóveis abandonados;

4. Falta de meios económicos, por parte dos jovens, para reabilitar imóveis abandonados;

5. Elevado valor das rendas face ao rendimento médio mensal auferido.

Estas dificuldades explicam, assim, alguns dos motivos que levam à desertificação do interior da região do Algarve e à dificuldade dos jovens casais se fixarem no Algarve.

Todas as dificuldades acima expostas são, cremos, sentidas pelo interior do país. Não se tratando, assim, de um cenário exclusivo da região do Algarve.

APRESENTAÇÃO DE MEDIDAS

Perante as dificuldades sentidas, entendemos, pois, ser razoável trazer ao debate público e, principalmente, político, a apresentação de um rol de medidas que invistam na fixação dos jovens, de forma sustentada, fora do centro das cidades.

[3] A JSD/Algarve através da realização do FORMAR JOVENS AUTARCAR ALGARVIOS recolheu uma série de testemunhos, junto dos seus autarcas e jovens, referentes a esta matéria.

Para o efeito, Grupo Municipal do Partido Social Democrata, propõe que a Assembleia Municipal de Loulé, na sua reunião de 28 de Maio de 2018, delibere:

1. REABILITAR PARA ARRENDAR: Criação de uma *rede local de oferta jovem* para proprietários de imóveis abandonados no interior

De forma sucinta, explicamos o funcionamento da *rede local de oferta jovem*:

Os proprietários de imóveis abandonados (sejam eles entidades públicas ou privadas, coletivas ou singulares) colocam os seus imóveis numa rede partilhada com os jovens, até aos 35 anos, que pretendem arrendar um imóvel.

Esta rede será gerida pelas autarquias locais – juntas de freguesia ou câmara municipal.

Os proprietários ao disponibilizarem os seus imóveis na *rede* terão, como contrapartida, apoios que fomentem a reabilitação[4] dos imóveis, através de incentivos ao nível fiscal e financeiro, nomeadamente:

a. Apoio ao financiamento com empréstimo a 30 anos;

b. Não tributação dos rendimentos prediais decorrentes do arrendamento no 1.º ano;

c. Tributação dos rendimentos prediais, após o primeiro ano de isenção, a uma taxa efetiva de 5%, independentemente da área em que os imóveis se encontrem.

d. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a uma taxa reduzida de 6% nas empreitadas de reabilitação, independentemente da área em que os imóveis se encontrem.

2. ADQUIRIR PARA RENTABILIZAR: Venda de lotes com a condição de arrendar nos primeiros 5 anos

[4] Significado Reabilitação: processo de transformação do solo urbanizado, compreendendo a execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, demolição e conservação de edifícios, tal como definidas no regime jurídico da urbanização e da edificação, com o objetivo de melhorar as condições de uso, conservando o seu carácter fundamental.

Nos primeiros 5 anos, após a aquisição do imóvel, o proprietário (entidade pública ou privada, coletiva e singular) não poderá revender, tendo, no entanto, a obrigação de arrendar a jovens até aos 35 anos.

Ao concordar com esta limitação à sua autonomia privada – aquisição de imóvel destinado ao arrendamento nos primeiros 5 anos -, o proprietário do imóvel obterá os seguintes benefícios fiscais:

a. Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), desde que, nos primeiros 5 anos a contar da data de aquisição do imóvel, arrende o imóvel a jovens até aos 35 anos;

b. tributação dos rendimentos prediais, durante os 5 anos, a uma taxa efetiva de 10%.

Ora, de acordo com a lei em vigor, o arrendatário tem direito de preferência na venda do imóvel que arrende há mais de 3 anos. Pelo que, ao fim dos 5 anos, o proprietário do imóvel que pretenda vender o imóvel terá, obrigatoriamente, de dar prévio conhecimento do projeto de negócio existente ao jovem que arrendou o imóvel, para que este possa, se assim o entender, exercer o seu direito de preferência.

3. VIVER O FUTURO NO PRESENTE: Discriminação fiscal positiva para jovens, até aos 35 anos, na aquisição de imóvel

Este pacote de benefícios fiscais "VIVER O FUTURO NO PRESENTE" para os jovens, até aos 35 anos, no momento de aquisição de imóvel localizado no interior, inclui o seguinte:

a. Isenção do Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI) nos primeiros 3 anos;

b. Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), desde que adquira habitação própria e permanente.

As propostas acima expostas são, cremos, necessárias e possibilitam a aquisição de meios que permitam o combate de um dos maiores desafios sentidos por Portugal, sentidos pelos jovens: o desequilíbrio entre o litoral e interior que fomenta a dificuldade de fixação dos jovens no interior, tendo como consequência a desertificação populacional.

O sucesso do interior passa, acreditamos, pela criatividade com que se aproveitam os edifícios devolutos (públicos ou privados).

O combate à desertificação, contudo, sabemos, não se pode bastar pela aplicação de medidas relacionadas com reabilitações, arrendamentos, benefícios fiscais e financeiros.

No entanto, estas são medidas válidas, que merecem a recolha de todos os esforços para que sejam implementadas nos municípios do interior, dentro dos limites da razoabilidade.

Esta moção move-nos, pois, no sentido de implementar possíveis soluções de combate às dificuldades sentidas pelos nossos jovens na sua fixação no interior do país.

Devolvamos aos nossos jovens a esperança no futuro.

Urgimos a todos que se movam connosco neste sentido.

Entregue na sessão de 28.05.18
Ada Pinto

DELARAÇÃO DE VOTO DO PS

SOBRE A MOÇÃO DA JSD/PSD SOBRE A HABITAÇÃO

O Partido Socialista justifica a sua votação na proposta de recomendação apresentada pela JSD/PSD, sob o título " **Do Interior ao Litoral Algarvio: Habitar Jovem**", pelos seguintes motivos:

1- O Partido Socialista está de acordo com algumas medidas propostas, apesar de considerar que a votação numa proposta desta natureza, que inicialmente foi apresentada como Moção, merece um outro enquadramento e uma abordagem mais abrangente onde nenhum cidadão possa sentir-se excluído;

2- Por isso o PS solicitou aos proponentes a mudança da figura do documento de moção para proposta de recomendação, até porque o foco da mesma concentrava-se apenas numa parte do território, esquecendo as zonas urbanas e o litoral;

3- Por outro lado, numa altura em que a Lei de Bases da Habitação está em consulta pública, terminando a mesma no dia 13 de julho, não teria muito sentido que o documento em causa fosse apresentado como moção mas sim como proposta de recomendação, uma vez que se afigurava como prematuro votar em medidas controversas cuja efetiva concretização sai da esfera municipal;

4- Na verdade, ao não referir as zonas urbanas e o litoral, como seria suposto, uma vez que se trata de dois aspetos fundamentais em termos de políticas públicas de habitação, o documento perdia sentido enquanto moção, que se pretendia que constituísse um contributo para a definição das políticas municipais de habitação.

5- Claramente que o problema da habitação, ou a falta dela, não se circunscreve apenas ao interior do concelho ou à população jovem. Trata-se de um problema transversal cuja intensidade se tem acentuado nos últimos anos mercê da atual dinâmica do mercado imobiliário e do arrendamento, a que acresce, no caso do concelho de Loulé, a questão da primazia que os proprietários dão ao arrendamento sazonal, essencialmente nas férias de verão, com valores mensais inacessíveis ou mesmo proibitivos para o comum dos cidadãos do concelho;

6- O PS considera que, antes da implementação de políticas públicas de habitação a nível municipal, será necessário proceder ao levantamento das necessidades efetivas da população, baseado num diagnóstico aprofundado da dinâmica da habitação, freguesia a freguesia, considerando as diferentes faixas etárias, no sentido da promoção de medidas de acesso à habitação em todo o território municipal, considerando o interior, o litoral e os centros urbanos, definindo-se assim, um rumo e uma estratégia ajustada às necessidades;

7- Na definição dessa estratégia, deverão ser desenvolvidas, entre outras, quatro medidas, complementares entre si, e que são:

a)- promover a aquisição, pela autarquia, de terrenos para habitação em todos os locais do concelho;

b)- incentivar a reabilitação e a renovação de imóveis para alienação ou colocação no mercado de arrendamento;

c)- garantir a conservação e a reparação dos fogos de habitação social, numa perspetiva diferente da atual;

d)- e apoiar financeiramente a reabilitação ou a autoconstrução, em termos a definir em regulamento municipal.

8- Efetivamente, o PS tem a noção que é necessário aumentar, de forma substancial, a participação pública municipal na promoção da habitação, um dos direitos fundamentais consagrados na Constituição saída da Revolução de Abril, reforçando, assim, o investimento nas políticas sociais, tal como fez no primeiro mandato, essencialmente ao nível da educação;

9- Mas deve fazê-lo de forma coerente, numa abordagem coletiva que não se confine aos ciclos políticos e aos mandatos autárquicos, com um olhar entrecruzado e num horizonte temporal de médio e longo prazo, enquadrando tal matéria nos diversos instrumentos de planeamento da competência municipal;

10- Por isso, entendemos que o nosso voto favorável sobre o teor da presente proposta de recomendação da JSD/PSD remete para a consciencialização de que todos os contributos da oposição são bem-vindos para a definição de uma nova geração de políticas municipais que a autarquia em breve anunciará.

Loulé, 28 de maio de 2018

O Grupo parlamentar do PS

Assembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 60

24/05/2018

Juventude Socialista

Moção :

Educação & Formação Profissional: escola, ensino superior, formação ao longo da vida, investigação

A Juventude Socialista defende a escola pública, gratuita e de qualidade e inclusiva como modelo comunitário promotor da igualdade de oportunidades desde o pré-escolar.

A Juventude Socialista sublinha a necessidade do alargamento da oferta de Atividades Extracurriculares (AEC), em parceria com organizações locais, na medida em que estas se apresentam como fundamentais ao desenvolvimento académico e pessoal dos estudantes

A Juventude Socialista defende a importância de promover a educação para a cidadania combater ativamente a discriminação étnica, social e económica.

A Juventude Socialista defende o reforço dos mecanismos ação social escolar direta e indireta, em particular através do alargamento de programas de oferta e de empréstimo de manuais escolares a todos os anos da escolaridade mínima obrigatória, bem como a constituição de uma bolsa de material escolar que responda ao suprir das dificuldades orçamentais dos agregados familiares mediante as despesas educativas. Consideramos que os montantes previstos para ação social devem também ser reforçadas especificamente para alunos com necessidades educativas especiais, que permita contratar professores e formadores especializados e os adquirir os materiais necessários para a aprendizagem.

A Juventude Socialista defende o reforço da quantidade e qualidade das refeições escolares bem como o alargamento da rede de transportes escolares.

A Juventude Socialista defende o reforço dos Programas de Formação ao Longo da Vida, pois consideramos que é importante apostar no reconhecimento e certificação de competências adquiridas ao longo da vida, bem como a formação certificada

A Juventude socialista defende a descida das propinas de Mestrado para os valores das propinas da Licenciatura. No seguimento do projeto de reforma e uniformização dos estudos do ensino superior denominado de Processo de Bolonha, a necessidade de obtenção do grau de Mestre antes da entrada no mercado de trabalho leva a que este seja, na prática, necessário a qualquer carreira de estudos superior. Desde modo, e segundo os princípios de Universalidade e Igualdade no acesso ao ensino, a par de defendermos uma redução das propinas no primeiro ciclo do ensino superior, defendemos também uma redução das propinas do segundo ciclo para o mesmo valor.

A juventude socialista defende um aumento de estruturas e verbas alocadas a entidades de fomento ao empreendedorismo e transferência tecnológica. Programas de empreendedorismo que incorporem o suporte estrutural, económico e jurídico à proteção e translação de propriedade intelectual desenvolvida nas suas escolas e universidades para a criação de *start-ups* e *spin-offs.*

A juventude Socialista defende a reabertura de programas doutorais financiados. O financiamento de programas que, através da integração de projetos desenvolvidos

localmente, permitam um maior grau de independência dos institutos de educação superior quanto à contratação dos seus futuros alunos; e que garantam um número mínimo de vagas e projetos de interesse regional. Para além disso e, contrariamente aos projetos de concurso individual, estes programas doutorais permitem uma entrada síncrona e contínua de alunos que em muito melhora o desenvolvimento não só dos seus projetos individuais, mas também da massa crítica e do ambiente de proximidade necessário à criação de novos projetos e colaborações.

A Juventude socialista congratula o novo regime de contratação dos doutorados. No entanto frisa a necessidade de alocação dos fundos necessários para a contratação dos mesmos sob a pena de uma fuga irreparável de profissionais jovens altamente diferenciados.

Loulé 28 de Maio 2018

Entregue na sessão 28/05/2018

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
Loulé

DECLARAÇÃO DE VOTO

Moção : Educação e Formação Profissional: escola, ensino superior, formação ao longo da vida, investigação

O grupo parlamentar do PSD abstem-se na votação da moção "Educação e Formação Profissional: escola, ensino superior, formação ao longo da vida, investigação", uma vez que não identifica no documento apresentado pela Juventude Socialista propostas concretas ou medidas passíveis de ser implementadas.

O grupo parlamentar não pretende desvalorizar a iniciativa da Juventude Socialista, nem se opõe ao que é defendido no texto, mas considera que a redação do documento apresentado carece de uma análise prévia do contexto subjacente a cada uma das ideias enunciadas e um conjunto de medidas concretas que visem colocar em prática as ideias defendidas nesta moção.

Loulé, 28 de maio de 2018

Semanário Regional do Algarve
barlavento

Diretor: Bruno Filipe Pires Data: 2018-05-22 Tel: 282 427 184

Email: info@barlavento.pt

Entregue na sessão pelo vereador esquerda. 23-05-2018

ALGAR VAI INVESTIR 16 MILHÕES EM 2018/19

por Bruno Filipe Pires Novembro 19, 2017

ÚLTIMAS

MAIO 19, 2018 Dia Nacional do Caçador

Telma Robim, a nova administradora executiva da ALGAR, entidade responsável pelo tratamento e valorização dos resíduos urbanos na região, assumiu a gestão da empresa em setembro. Na primeira entrevista que concede, releva o que tem em carteira para os próximos dois anos.

barlavento: Está a decorrer a expansão do aterro sanitário do Sotavento. Pode detalhar os trabalhos e o enquadramento?
Telma Robim: Sim. Desde o início, o modelo técnico da conceção da ALGAR previa dois aterros sanitários, um no Sotavento e outro no Barlavento. Cada um deles com quatro células. Mas apenas foram feitas duas. Os trabalhos de construção da nova célula C do aterro sanitário do Sotavento iniciaram-se em meados de julho passado. O custo da empreitada é de 4 milhões de euros. Deverá ficar concluída num prazo máximo de 16 meses. Com este investimento espera-se obter um volume de encaixe de 1 milhão e 200 mil metros cúbicos (m3) para a deposição de resíduos, o que permitirá uma capacidade estimada de 130 mil toneladas de resíduos recepcionados por ano. Prevê-se um tempo de vida útil mínimo de exploração da célula de 10 anos, sendo expectável que tenha uma duração superior devido à entrada em funcionamento de outros equipamentos que irão retirar matéria orgânica e recicláveis para valorização.

E em relação ao aterro sanitário do Barlavento?
Irá ser construída a quarta célula. Possivelmente, os trabalhos arrancarão no início do próximo ano. Na verdade, os aterros têm estado a durar mais tempo do que inicialmente se pensou até porque, repare, em 1995, quando a ALGAR arrancou, tinha um contrato de concessão de 22 anos. Agora temos um contrato para 34 anos, com as mesmas duas infraestruturas. Temos também outros tratamentos complementares que vão ser reforçados e mais intensificados, para prolongar a vida útil de ambos. Ou seja, em breve será reforçada a triagem dos resíduos que chegam aos aterros? Sim. Já temos um tratamento mecânico a funcionar no Barlavento que vai ser ampliado. Claro que estes processos têm alguma morosidade e complexidade na sua construção, mas vamos iniciar as intervenções no próximo ano.

E que outros investimentos estão na calha?
A ALGAR prevê investimentos consideráveis para 2018/19 não só nos tratamentos mecânicos, na construção da célula D no Barlavento (a C já está em construção), mas também na recolha seletiva. No total, rondarão os 16 milhões de euros. Vamos adquirir mais viaturas para a recolha

pelo Ambiente celebra-se hoje em Monchique

MAIO 19, 2018 PCP pede início do processo de construção do Hospital Central...

MAIO 18, 2018 Municípios do Algarve rejeitam a prospeção de petróleo e a...

Assembleia Municipal de Loulé
N.º Entrada 55
09/05/2018

PS

RESOLUÇÃO

(Nos termos do Art. 66º do Regimento da AML)

Em defesa do Serviço Nacional de Saúde no Concelho de Loulé e na Região do Algarve

A Assembleia Municipal de Loulé, reunida em sessão extraordinária em 14 de Maio de 2018, preocupada com a situação verificada nos serviços de saúde na Região do Algarve e por consequência, em Loulé, vem recomendar ao Governo da República:

Considerando que:

- **O SNS é constitucionalmente entendido como Serviço Nacional de Saúde, plasmado num serviço universal público e tendencionalmente gratuito; os fundos públicos, municipais e nacionais, não devem financiar o "sistema nacional de saúde", composto pelos sistemas público, privado e social, onde os privados têm o direito à escolha, paga pelo Orçamento de Estado;**
- **A fusão dos hospitais de Portimão e Faro, com a criação do Centro Hospitalar do Algarve, com o enfoque exclusivo nas vertentes económico-financeiras, resultou na degradação dos serviços de saúde, na extinção de serviços de especialidades, adiamento de cirurgias programadas, falta de material cirúrgico e de uso corrente, atrasos em exames de diagnóstico, falta de medicamentos, detioração de instalações e encerramento de Centros de Saúde Públicos;**
- **Desta fusão resultou o afastamento de médicos, enfermeiros, técnicos de diagnósticos e de terapêutica do Serviço Nacional de Saúde para hospitais e clínicas privadas que cresceram em número significativo na Região do Algarve;**
- **A reversão da situação herdada, em 2015, pelo actual Governo Constitucional do PS, com apoio parlamentar do BE, PCP e Verdes, nomeadamente:**
  1. **O número de médicos (incluindo os médicos internos) evoluiu de 951, 991, 1055 e 1144, em 31Dez2015, 2016, 2017 e 31Jan2018; registou-se um acréscimo de 193 médicos (123 destes são jovens em formação nas especialidades); foi aberto um concurso de admissão de 30 novos médicos, mas apenas 10 médicos se apresentaram no referido concurso;**

2. O número de enfermeiros, no mesmo período 31Dez2015, 2016, 2017, regista 1865, 1947 e 1984, respectivamente, são mais 119 enfermeiros; refira-se ainda a admissão de 19 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica;
3. O total de profissionais da saúde regista 5683 (31Dez2015), 5844 (2016), 5911 (2017) e 5998 (31Jan2018), ou seja, hoje há mais 315 profissionais na prestação de serviços de saúde no SNS da região do Algarve; destes, no CHUA foram colocados 283 profissionais, 45 são médicos especialistas e 88 são enfermeiros.
4. No que respeita aos Cuidados de Saúde Primários, verifica-se:
   a) A reabertura, em 24Mai2017, na Bordeira, do Polo de Saúde da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Faro, que abrange 362 utentes e estava encerrada desde 2015;
   b) A reabertura, em 24Mai2017, do polo de Saúde de Azinhal, da Unidade de Saúde Familiar Beasuris de Castro Marim, que abrange cerca de 400 utentes;
   c) A reabertura da Extensão de Saúde de Vaqueiros, que se encontrava encerrada desde 2013;
   d) A abertura, em 24Mai2017, da segunda Unidade de Cuidados na Comunidade Vicentina, no concelho Vila do Bispo, integrada no ACES Barlavento, que abrange cerca de 5.500 utentes;
   e) A abertura de mais duas Unidades de Cuidados na Comunidade no ACES Barlavento, uma em Aljezur e a outra em Monchique, ambas iniciaram a actividade em Março de 2018.
5. No que respeita às Unidades de Saúde Familiar, verifica-se:
   a) Em 2016, a abertura de 3 USFs, em Lagos, em Castro Marim e em Portimão; e a transição das USFs de Balsa de Tavira e Levante, em V.R.S. António, do modelo A para o modelo B;
   b) Em 2017, foi aberta a USF Ossónoba, que iniciou a actividade em 21Ago;
   c) Em 2018, foi aberta a USF Amendoeira, em Lagos, que iniciou a actividade em 13Abr.
6. No que respeita aos investimentos em curso, com conclusão prevista ainda em 2018:
   a) 3 Novas USFs, a abrir em Faro, Loulé e Albufeira;
   b) Reabertura do Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul, em S. Brás de Alportel, no primeiro semestre de 2018, após a contratação recente de 11 enfermeiros; da capacidade instalada, na reabertura estarão disponíveis 36 camas, as restantes serão disponibilizadas até ao final de 2018.
7. No que respeita aos investimentos em curso, com conclusão prevista a curto prazo:
   a) 2 Novas USFs a criar em Portimão e em Quarteira;
   b) Construção do novo edifício para ampliação da USF de Albufeira, com abertura prevista para o 3º trimestre de 2019;

c) Construção do novo edifício para albergar a USF Lauroé, em Loulé, a construir de raiz, integrando a sede do ACES Central e a UCC Gentes de Loulé, igualmente com abertura prevista para o 3º trimestre de 2019;

d) Criação de uma nova unidade móvel de Saúde em Loulé;

e) Aquisição dos novos equipamentos de TAC 64 cortes – topo de gama nesta tecnologia – para dotar os hospitais de Portimão e CHUA, em Faro;

f) Renovação do equipamento de ressonância magnética instalado no CHUA.

– Não obstante os esforços antes mencionados, continuam a subsistir relatos de situações muito preocupantes ao nível do funcionamento dos serviços de saúde; merecem especial relevância os tempos de espera e condições de atendimento dos serviços de urgência dos hospitais de Portimão e Faro, do avolumar do tempo de espera nas consultas, da falta de médicos em algumas especialidades, e o deficiente funcionamento do Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul;

– A superação destes constrangimentos não nos pode fazer esquecer ou permitir mais adiamentos na elaboração actualizada dos necessários estudos conducentes ao financiamento e construção do sempre adiado Hospital Central do Algarve, no lote destinado a este investimento constante do Plano de Pormenor do Parque das Cidades;

Em face do exposto:

A Assembleia Municipal de Loulé reitera a total disponibilidade para continuar a trabalhar em parceria com o Governo, exigindo a implementação das seguintes medidas:

1. Desenvolver todos os esforços para a contratação de médicos de forma a suprir as carências verificadas nos estabelecimentos de saúde da região do Algarve;
2. Reajustar os diversos serviços e valências para garantir, a curto prazo, a normalização dos cuidados de saúde prestados a residentes e a turistas, em particular nos serviços de urgência durante a época alta;
3. Reforçar os serviços administrativos, desbloqueando a contratação de assistentes para garantir a diminuição das listas de espera nas consultas de clínica geral e o encaminhamento para as especialidades;
4. Reforçar a capacidade de prestação de cuidados de saúde no Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul;

5. Relembrar o Sr. Primeiro-Ministro para a necessidade de "priorizar o investimento no hospital central do Algarve", honrando a afirmação efectuada no debate quinzenal, na Assembleia da República, em 5 de Abril último;
6. Reconhecer e valorizar o apoio intransigente do actual Executivo Municipal na defesa do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente nos projectos e medidas já aprovadas e anunciadas;
7. O Município, através da Assembleia Municipal, vem defender a renovação de medidas de diferenciação positiva recompensando os profissionais de medicina, nomeadamente nas especialidades mais carenciadas nas regiões periféricas, como é a situação do Algarve, em condições semelhantes às que foram implementadas em 2017, no âmbito nacional.

Após aprovação, a presente RESOLUÇÃO deve ser enviada ao Governo, nomeadamente ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Saúde, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Administração Regional de Saúde do Algarve, ao Centro Hospitalar Universitário do Algarve, e distribuída pela comunicação social.

Assembleia Municipal de Loulé, 14 de Maio de 2018

Grupo Municipal do PS

Assembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 56

14 / 05 / 2018

LOULÉ
BLOCO DE ESQUERDA

RESOLUÇÃO

A Defesa do SNS e o Estado da Saúde no Município de Loulé e no Algarve.

Nos últimos dias, os problemas da saúde em Portugal foram amplamente divulgados e debatidos por todas as partes interessadas - profissionais da saúde; políticos; empresários do sector, governantes e utentes. O Bloco de Esquerda sensível ao tema, tomou a iniciativa de promover o debate nesta assembleia municipal sobre o Estado da Saúde no Município de Loulé e no Algarve.

Muitas foram as alterações ocorridas em Portugal desde o 25 de Abril de 1974, e na "área da saúde as alterações são mais notórias". Os indicadores do INE, mostram que o direito à saúde, garantido pela Constituição e pelo acesso no terreno a cuidados públicos de qualidade, foi das conquistas mais edificantes, e que essa conquista traduz-se e realiza-se no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

A esperança média de vida aumentou. A taxa de mortalidade infantil desceu para valores residuais. A maioria dos partos passou a ser feito nas unidades de saúde e devidamente acompanhados.

Por outro lado, registou-se um forte aumento do número de profissionais de saúde em Portugal: o número de médicos por habitante mais do que quintuplicou e o ritmo de crescimento no caso dos enfermeiros foi ainda mais intenso.

Sem um SNS geral, universal e gratuito, estruturado em todo o território nacional, do litoral ao interior; sem um SNS que captasse e especializasse profissionais de saúde, garantindo-lhes uma carreira e formação, não seria possível melhorar de forma tão significativa os indicadores de saúde de uma população que antes de 1974 quase não tinha acesso a cuidados de saúde.

Passado tantas convulsões politicas e sociais o SNS continua a resistir e a ser amplamente apoiado pela sociedade, pese embora todas as limitações com que se confronta e de todos os ataques de que tem sido alvo.

Apesar das condições de saúde terem melhorado grandemente, não podemos deixar de constatar que em Portugal, ocorreu uma evolução muito significativa da esperança média de vida, e é simultaneamente um dos países onde se vivem menos anos em saúde perfeita. O mesmo é dizer, vive-se mais, mas com uma carga de doença associada que afeta muito a qualidade de vida. (Relatório de Primavera 2017 do Observatório Português dos Sistemas de Saúde).

É preciso uma aposta muito séria e consequente nas vertentes de promoção da saúde e de prevenção da doença, mobilizando mais meios de informação e fomentando uma pedagogia de educação para a saúde, nas escolas e na comunidade.

Nos últimos anos assistimos a um corte exagerado no financiamento no SNS, criando grandes limitações, redundando em falta de profissionais (muitos foram para outros países e outros para o privado), em incapacidade de renovação de equipamentos, de acompanhar a inovação tecnológica e para dar uma resposta atempada aos utentes que necessitam de consultas e tratamentos.

Esta realidade tem levado, por um lado, a uma falta de investimento no Serviço Nacional de Saúde e, por outro lado, a que cada vez mais encargos (taxas moderadoras) sejam suportados pelas famílias e pelos utentes. O que conduziu à criação de novas barreiras às famílias mais carenciadas no acesso à saúde.

O agravamento no acesso à saúde pelos utentes e as incapacidades reveladas nas respostas do sistema para fazer face às necessidades das populações, agravadas em determinadas épocas do ano, têm sido notícia permanente nos meios de comunicação social.

O caso nas urgências do Hospital de Faro, geraram alarme. Os tempos de espera insustentáveis, a incapacidade revelada pelos profissionais de saúde para poderem dar respostas eficazes, devidos à escassez de meios, geraram conflitos com os utentes, manifestações e votos de desagrados dos partidos e autarcas algarvios e motivaram a vinda ao Algarve dos principais responsáveis pela saúde.

O reconhecimento que a junção dos serviços hospitalares do Hospital de Faro com o de Portimão, foi erro crasso de gestão hospitalar e altamente prejudicial para as populações algarvias. A criação do CHUA, alimentaram-se expectativas que tudo iria melhorar e caminhar no bom sentido. Infelizmente, assim não tem acontecido: as demissões de directores de serviço sucedem-se, faltam especialistas, agravamento nos atrasos nas consultas e cirurgias, descontentamento e desmotivação crescente dos profissionais de saúde (médicos e enfermeiros), devido à sobrecarga de trabalho, são disso uma evidência.

Registamos com agrado, alguma evolução positiva, na recuperação do atraso, com admissão de mais médicos e enfermeiros,(mas continuam insuficientes), abertura de novas unidades de saúde no Algarve e promessas de construção do futuro Hospital Central do Algarve, empreendimento necessário à região algarvia para prestação de serviços de qualidade, captação novas especialidades médicas, mais jovens médicos especialistas e maiores capacidades na área da formação e investigação universitária. Mas se tudo correr bem, como esperamos, só daqui a 10 anos será uma realidade. Entretanto que fazer?

De acordo com o artigo 64ª da Constituição da República compete ao Estado "assegurar o direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover" e para o efeito compete-lhe prestar os cuidados de saúde, e dotar-se dos meios necessários, no SNS, para fazer essa prestação de cuidados com qualidade.

A tensão laboral nos serviços de saúde tem vindo a crescer. Há dias foram o pessoal auxiliar e os enfermeiros em greve, agora a vez dos médicos e mais

adiante, serão os técnicos de diagnóstico. Esta instabilidade se não for superada trará problemas muitos maiores.

Todos defendem o SNS e pedem mais investimento na saúde, mais médicos e enfermeiros por utente, melhores condições de trabalho, abertura das carreiras, salários justos, redução do rácio número de utentes por médico de família, redução do horário de urgências para 12 h, como forma de terem mais tempo para consultas e mais horas para formação.

Com maior motivação destes profissionais, melhores serão as capacidades de resposta dos serviços de saúde e a garantia de melhor qualidade de saúde a prestar aos utentes.

Por isso, torna-se necessário uma nova Lei de Bases da Saúde que deve servir para ultrapassar estas e outras limitações do SNS. Captar maior investimento para o SNS, acabar com a promiscuidade entre público e privado e impedir qualquer caminho de potencial privatização do SNS.

. Que a administração, gestão e financiamento das instituições, estabelecimentos, serviços e unidades prestadoras de cuidados de saúde seja exclusivamente pública.

. Que a iniciativa privada seja complementar e não concorrente da resposta pública;

. Que o SNS apenas possa recorrer a convenções com sector privado quando a resposta pública não for suficiente para prestar os cuidados de saúde que os utentes necessitam;

. Uma política de recursos humanos que valorize o tempo completo e a dedicação exclusiva como regime dos profissionais, fixando-os no SNS através da valorização das suas carreiras e da sua vinculação ao exercício de funções públicas.

Os problemas no Serviço Nacional de Saúde, no Algarve ou no Município de Loulé, não são diferentes daquilo que se passa no resto do país.

O Algarve tem particularidades que deviam ser tidas em conta para que as respostas sejam mais eficazes. Somos a região mais longe, (cerca de 300 Kms), de cuidados de saúde mais especializados.

Somos o parente pobre dos investimentos nacionais em matéria de saúde pública, e as maiores queixas são: A morosidade das consultas e do atendimento, a falta de médicos-de-família, hospitais saturados e com falta de pessoal clínico, incapacidade administrativa por falta de recursos qualificados e impossibilidade de contratação, a sazonalidade da região, interligada com a mobilidade da população laboral – que implica prestação de cuidados básicos de saúde a uma população que duplica na época alta e por vezes triplica, além do envelhecimento da pirâmide demográfica, agravada pela fuga dos jovens durante os tempos da troika e pela diminuição da imigração.

A esta situação deve ser somada a uma notória incapacidade politica dos autarcas algarvios para exigirem que o estado central actue em conformidade com as receitas obtidas em sede de impostos, inversamente proporcionais ao investimento disponível para a Saúde.

Desde 2004 que não foi construído mais nenhum Hospital no Algarve. O HCA, Hospital Central do Algarve foi adiado sine die em 2015. A necessidade deste Hospital é premente, já que o CHUA está totalmente preenchido e não tem para onde crescer.

Em Loulé, só em Julho de 2017 foi inaugurada a USF Lauroé, uma das dez as Unidades de Saúde Familiar na região do Algarve, cobrindo um universo de cerca de 100.000 pessoas, o que significa apenas 20% das necessidades reais da população residente do Algarve, que nos censos de 2011 atingia as 451.000 pessoas.

Concretamente em Loulé concelho com 70.622 habitantes, recebemos gente de todo o mundo que vem estudar, trabalhar e residir e a saúde não os assiste da melhor forma. Nesta situação estão crianças em fase de integração, ficam sem usufruir de direitos que a lei nacional lhes confere.

Quando a situação é regular ficam inscritos na grande família dos "sem médico de família atribuído", o que quer dizer que só têm assistência na doença e lhes são negados os cuidados de promoção da saúde e prevenção da doença.

Os idosos estão isolados e deixados à sua sorte, tanto na serra como na cidade, e são muitas vezes abandonados nos hospitais. Entretanto os CSP (cuidados de saúde primários) desconhece esta situação. E não é com unidades móveis, nos moldes actuais, que esta situação se resolve, já que a sua eficácia é mais que duvidosa.

A reforma da psiquiatria comunitária, para adultos, embora anunciada, continua uma miragem. Os cuidados paliativos tardam a chegar ao terreno.
É confrangedora a falta de sensibilidade de quem quer para si este pelouro, e nega o alívio da dor física e psicológica, a quem se encontra numa situação terminal. O alívio da dor só é actualmente conseguido, com a sujeição a situações degradantes e desumanas, para os doentes e suas famílias. Enquanto alguém almeja condições de excelência, nenhuma dor é aliviada.

Existe o conhecimento, a medicação está disponível e os técnicos formados para a aplicar. Mas não é possível, o alívio da dor no domicilio. Quem não pode pagar não tem alívio da dor, na maior parte dos concelhos do Algarve, e em Loulé também, com um mínimo de conforto e dignidade. E já passou mais um ano e as situações desesperadas continuam a acontecer todos os dias.

Na saúde escolar, podemos afirmar que existem necessidades prementes, a saber:
- a carência de especialistas para a saúde mental infantil e juvenil, sendo que a faixa etária dos 13 aos 18 anos está completamente a descoberto, no distrito; (é

pelo menos bizarro, no século XXI, ver jovens com psicoses graves, diagnosticadas e não tratadas, a deambular pelo pátio da escola)
- terapia da fala para a infância e juventude (só existe um serviço, localizado na universidade do Algarve, que dá uma resposta residual e de difícil acesso);
- psicologia com intervenção na escola e articulação com outros cuidados de saúde.
- as situações de dependência de substâncias psicoactivas, só têm um atendimento longe, em Faro, e com horários incompatíveis com os horários de trabalho das famílias;
- o acompanhamento das famílias em situações de doença mental, dependências ou negligência parental é nula. Espera-se depois que os tribunais resolvam as situações.
- carência de transporte para qualquer tipo de actuação fora do centro de saúde, seja escolas, domicílios ou comunidade.
É verdade que estas lacunas são, em parte, colmatadas pela autarquia. Mas então que seja definido quem providencia o quê, para que as competências sejam claras e as responsabilidades assumidas e avaliadas.

A gestão do SNS e ARS continua preocupada somente com os números pessoas concretas. Os indicadores de avaliação são muitas vezes desprovidos do mais elementar senso. Avaliar qualidade é muito negligenciado. Apesar de estarmos na era da comunicação parece que tudo esbarra na falta de comunicação.

Perante esta situação compete ao Município fazer parte da solução e implementar um Plano Municipal de Saúde para o concelho

Pelo exposto, gostaríamos de solicitar e recomendar ao governo e à Câmara Municipal o seguinte:

1. Adequada orçamentação do SNS para responder às necessidades e aos problemas identificados;
2. Solicitar ao Governo a construção do Hospital Central do Algarve;
3. Solicitar ao Poder Central um maior investimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) no Algarve, que permita aumentar o número de camas disponíveis nas várias modalidades desta rede, bem como o alargamento das unidades de cuidados continuados domiciliários;
4. Solicitar ao governo que promova a abertura do concurso para construção do novo edifício, (substituição dos actuais contentores onde funcionam os serviços da Unidade de Saúde Familiar Lauroé no Centro de Saúde de Loulé, assim como a construção da nova unidade USF de Quarteira;
5. Solicitar ao Governo que promova a dotação na unidade de Saúde de Quarteira, com novas valências médicas, mais pessoal, serviço de urgências e horários adequados em conformidade com a população servida , residente e sazonal.

6. Solicitar ao governo que sejam desencadeadas as acções necessárias a assegurar a contratação pública de mais profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar), para reforçar o SNS;

7. Solicitar ao Governo, que em conjunto com as autarquias e organismos públicos, medidas articuladas que permitam promover e auxiliar a fixação de profissionais de saúde na região algarvia;

8. Solicitar ao governo para que os Centros de Saúde sejam dotados, de meios técnicos e competências para que possam contribuir para aliviar o "entupimento" actual das urgências hospitalares, assim como, na redução do horário de trabalho nas urgências, para os médicos terem mais tempo para as consultas e internamento;

9. Solicitar que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir médico de família a todas as pessoas inscritas nas unidades de cuidados de saúde primários e a redução do rácio do número de utentes por Médico de Família, para que cada cidadão tenha um tempo digno de consulta;

10. Solicitar ao governo o reforço da capacidade de resposta na prestação dos cuidados de saúde no Centro de Medicina Física e de Reabilitação Sul em São Brás do Alportel;

11. Rejeitar a municipalização da saúde;

12. Solicitar à Câmara Municipal a criação do Plano Municipal de Saúde, para no sentido da sua autonomia e capacidade de iniciativa, promover uma politica de prevenção e promoção da saúde para o concelho;

13. Solicitar ao Governo e à Câmara Municipal a implementação de medidas, meios logísticos, pessoal técnico e competências nos transportes, para ultrapassar as carências existentes no concelho na área da saúde escolar.

Loulé, 14/5/18

Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

Carlos José da Silva Martins